

ValdemiBarreto



Mulheres defendem direitos previdenciários

Representantes de entidades femininas defenderam ontem uma seguridade social “universal, pública, solidária e redistributiva”. **8**

Aparecida da Silva (E), Adriana Maria Mezadri, Paulo Paim, Verônica Maria Ferreira e Regina Maria Semião

Senado aprova incentivo para plano de saúde de doméstica

Legalização na agenda

Objetivo de campanha nacional lançada ontem, no Senado, é atingir a marca de 5 milhões de empregadas domésticas com carteira assinada e contribuintes da Previdência Social



- » Formalizar **3,2 milhões** de empregadas domésticas em 2010
- » Erradicar a exploração do trabalho de **410 mil crianças e adolescentes**
- » Erradicar o **trabalho escravo** de **35 mil** domésticas
- » Erradicar o **trabalho semiescravo** de **1,8 milhão** de empregadas domésticas

Foto: Stock.XCHING

No Dia Nacional do Trabalhador Doméstico, CAE acolhe, em decisão terminativa, dedução desses gastos do IR. Medida tem o objetivo de estimular a formalização

A proposta votada prevê que a dedução no Imposto de Renda ficará limitada a um empregado doméstico por pessoa física, condicionada à regularização de todas as anotações na carteira de trabalho e à inscrição e

ao pagamento de contribuições da Previdência Social. Ontem, foi lançada no Senado a campanha 5 milhões de domésticas legais em 2010, que conta com a aprovação, pelo Congresso, de seis projetos para atingir sua meta. **3**

Sarney vai a homenagem da Câmara ao vice José Alencar

No Plenário, homenageado assistiu a vídeo com depoimentos de amigos e histórias sobre sua trajetória pessoal. **2**



José Alencar, deputado Michel Temer e senador José Sarney, na homenagem de ontem: vice-presidente se emocionou com a referência à sua luta contra o câncer

Jaraguá

Deficiente auditivo poderá pagar menos por carros

É o que prevê projeto aprovado ontem pela CAE, assegurando a isenção do IPI na compra de automóveis zero quilômetro, que já é dada aos outros portadores de deficiência. A decisão foi terminativa. **5**

GeradoVagela



O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita de 19 das 27 misses que disputam hoje, no Hotel Nacional, em Brasília, o Concurso Miss Brasil 2010. Sarney destacou a diversidade e a beleza das mulheres brasileiras e recebeu das candidatas lembranças de seus estados. A vencedora representará o país no concurso Miss Globo Internacional, que acontecerá em Tirana, capital da Albânia, na primeira quinzena de outubro. Foi em Tirana que, em 2007, a rondoniense Hellen Cristina da Silva foi eleita a mais bela entre 42 candidatas de vários países. A primeira brasileira a ganhar o concurso mundial foi a gaúcha Leila Cristine Schuster, em 1992. Depois dela, em 2003, foi a vez da amazonense Priscila Meirelles.

Representantes do arquipélago consideram desastrosa a proposta do Instituto Chico Mendes de licitar a prestação de serviços aos turistas

Moradores de Fernando de Noronha pedem ajuda

REPRESENTANTES DE MORADORES do arquipélago de Fernando de Noronha estiveram ontem com o presidente do Senado, José Sarney, para pedir a suspensão da licitação dos serviços prestados aos turistas. A licitação está sendo promovida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

Carlos Alberto Flor, presidente da organização não governamental (ONG) Assembleia Popular Noronhense, disse que os conselheiros do distrito estadual de Fernando de Noronha consideram a proposta de licitação do ICMBio desastrosa. Segundo ele, os habitantes do arquipélago não são contra a licitação, e sim contra a forma como ela está sendo realizada – que não garantiria o aproveitamento da mão de obra local.

– Não achamos justo que seja aberta a todo mundo – declarou.

Ele argumentou que, caso os moradores não vençam a licitação e sejam impedidos de trabalhar na área do parque nacional marinho, perderão sua única fonte de renda. Entre os serviços prestados, ele citou passeios marítimos, cursos de mergulho, serviços de táxis, caminhadas ecológicas orientadas por guias e fotos submarinas.



Milton Luna, Otávio Minervino, José Sarney, Emerson Nilson, Carlos Flor, Admilson Medeiros e Fernando Cesar Mesquita: reivindicação será levada ao presidente Lula

– Somos mais de 300 condutores e mais de cem taxistas. Dos 60 barcos que trabalham com turismo, 13 têm permissão há 20 anos para trabalhar. E todos nós pagamos pelas permissões religiosamente – ressaltou.

Segundo Carlos Alberto Flor, a comunidade do arquipélago e as autoridades ambientais estabeleceram, em comum acordo, um modelo de gestão que conciliou, por mais de 20 anos, a proteção do meio ambiente com a exploração comercial do local. “Esse pacto está sendo

quebrado” com a intervenção do ICMBio, afirmou.

Após ouvir os representantes dos moradores de Fernando de Noronha, Sarney disse que vai discutir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “o que pode ser feito para preservar os direitos” dos moradores.

Entre os presentes na reunião, estavam Otávio Minervino e Admilson Medeiros, conselheiros de Fernando de Noronha, e o presidente da associação dos taxistas locais, Emerson Nilson da Silva.

Imigrantes querem ampliar seus direitos políticos

Representantes de imigrantes estiveram ontem com José Sarney para pedir a ampliação dos direitos políticos dos estrangeiros que vivem no Brasil. Acompanhado pelo deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), defenderam a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

Segundo Paulo Illes, coordenador do Centro de Apoio ao

Migrante, há no país 1,2 milhão de “imigrantes permanentes”.

– E essas pessoas não têm direito a voto nem de serem votadas – afirmou.

Paulo Illes também informou que o centro, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), iniciou uma campanha pelo direito de voto dos imigrantes permanentes.

Ele defende a mudança da

legislação sobre imigração por meio de um projeto de lei que tramita atualmente na Câmara. Paulo Illes disse que essa legislação foi elaborada em uma época “em que se primava pela segurança nacional – na qual o estrangeiro aparecia como uma ameaça –, e não pelos direitos humanos”. Essa proposta, segundo ele, amplia os direitos dos imigrantes.



Deputado Odair Cunha, José Alencar, Michel Temer e Sarney, na sessão solene em homenagem ao vice-presidente

Câmara faz homenagem a José Alencar

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da homenagem promovida pela Câmara dos Deputados ao vice-presidente da República, José Alencar.

Na cerimônia, foi apresentado um vídeo com relatos

de amigos e parentes do vice-presidente, incluindo o de seu filho Josué Gomes da Silva e de seu irmão Álvaro Gomes.

Vitor Penido (DEM-MG), deputado que solicitou a homenagem, ressaltou as origens do homenageado, que nasceu

no município mineiro de Muriaé, e lembrou que, antes de se tornar vice-presidente, José Alencar foi senador. O deputado também destacou a luta do homenageado – que chorou durante a cerimônia – contra o câncer.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário MPs e Petro-Sal trancam a pauta

14h A sessão deliberativa de hoje tem a pauta trancada por duas medidas provisórias e pelo projeto que cria a empresa Petro-Sal.

Presidência Sessão plenária

16h O presidente do Senado, José Sarney, preside a sessão deliberativa, quando os senadores dão início à discussão e votação da ordem do dia.

CCT Debate sobre o Plano Brasil 2022

8h30 O ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel Guimarães, debate, na Comissão de Ciência e Tecnologia, o Plano Brasil 2022, que fixa estratégias para o desenvolvimento do país.

CCJ Proposta de mudanças na Lei Pelé

9h Comissão de Constituição e Justiça promove audiência pública sobre proposta que altera a Lei Pelé. Depois analisa, entre outros projetos, o que moderniza o Regimento Interno da Casa.

CAS Condições de trabalho do motorista

9h A Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, vai discutir as condições de trabalho do motorista profissional.

CE Liberdade de crença e culto

10h O livre exercício da crença e dos cultos religiosos é tema de debate na Comissão de Educação. Serão ouvidos representantes das igrejas católicas e evangélicas, além de espíritas.

CDH Tratamento químico contra pedofilia

10h Senadores analisam proposta que prevê tratamento químico voluntário de controle da libido para pedófilo condenado por estupro, atentado violento ao pudor e corrupção de menores.

CDR Isenção de adicional em frete

11h A comissão debate sobre projeto que isenta do pagamento do adicional ao frete para a renovação da Marinha mercante o transporte de adubos, fertilizantes e alimentos, entre outros.

CPI das ONGs Corretor acusa Bancoop

10h A comissão ouve o corretor de câmbio Lúcio Funaro, que acusou o ex-diretor da Cooperativa dos Bancários de São Paulo (Bancoop) João Vaccari Neto de desvio de recursos.

CPI do MST Visão dos ministérios

14h Debate com representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, José Humberto Oliveira e Argileu da Silva; do Esporte, Cláudia Bonalume; e da Pesca e Aquicultura, João Matias.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Mobilização busca formalizar 5 milhões de empregadas

No Dia Nacional da Empregada Doméstica, o Senado sediou ontem o lançamento da campanha 5 milhões de domésticas legais em 2010, promovida pelo Instituto Doméstica Legal (IDL) com o apoio da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). A ideia é pressionar a Câmara dos Deputados pela aprovação de seis projetos que contribuirão para se alcançar essa meta.

De acordo com dados da entidade, existem hoje 4,8 milhões de empregadas domésticas sem carteira assinada e 1,8 milhão com carteira assinada. Com a campanha, o IDL acredita que seria possível, ainda em 2010, formalizar 3,2 milhões de postos de trabalho. Também são metas da entidade a erradicação do trabalho doméstico ilegal de mais de 400 mil crianças, do trabalho doméstico escravo de 35 mil pessoas e do semiescravo de 1,8 milhão.

Os projetos, todos de se-

nadores, já foram aprovados na Casa. O último deles (PLS 194/09), de César Borges (PR-BA), passou ontem pela CAE (veja reportagem à direita).

– O Senado já cumpriu seu papel. Diria que já cumprimos 40% de nossa jornada. Agora, falta a Câmara aprovar os projetos e o presidente sancionar – disse Mario Avelino, presidente do Instituto Doméstica Legal.

Também integram a lista de projetos os PLSs 159/09, 160/09 e 161/09 (os três de Serys), o 175/06, do ex-senador Rodolpho Tourinho e o 447/09, de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Além da senadora Serys, participaram do lançamento a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e os senadores José Nery (PSOL-PA), Garibaldi Alves e César Borges. Os parlamentares receberam do IDL o diploma Senador Amigo da Empregada Doméstica.



Lançamento da campanha: defesa de seis projetos favoráveis à formalização

Audiência no Plenário vai discutir combate ao crack

A extrema gravidade que assumiu a epidemia do crack no Brasil levou a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) a aprovar ontem requerimento do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) para realização de uma audiência pública no Plenário do Senado destinada a discutir o problema.

A audiência deverá ser realizada em conjunto com as comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

– Precisamos debater abertamente com a sociedade esse tema – afirmou Zambiasi, salientando que a droga já afeta mais de 1 milhão de brasileiros. Apenas no Rio

Grande do Sul, existem atualmente cerca de 60 mil dependentes do crack, informou o parlamentar.

Ao manifestar seu apoio à iniciativa, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou que o crack vicia rapidamente os consumidores e é um produto mais barato do que outras drogas.

A CE aprovou requerimento de Tuma para a realização de outra audiência pública, esta com a presença da presidente do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna.

Durante a audiência, segundo explicou o senador, deverão ser debatidos convênios estabelecidos pelo instituto com estados e municípios para o aperfeiçoamento da educação no país.



Sérgio Zambiasi (entre Marco Maciel e Romeu Tuma), autor do requerimento: "Precisamos debater abertamente com a sociedade"

Projeto, de autoria de César Borges, permite ao empregador descontar os gastos com o pagamento do seguro-saúde feito para quem trabalha em sua residência



Para César Borges (de terno azul), proposta alivia sobrecarga no sistema público de saúde e reduz discriminação à categoria

Comissão aprova dedução de plano de saúde de doméstica

A PESSOA QUE pagar plano de saúde para seu empregado doméstico poderá deduzir a despesa do Imposto de Renda, conforme projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. Se não houver recurso ao Plenário, a proposta segue para a Câmara.

A aprovação do PLS 194/09 – que coincidiu com o Dia Nacional do Trabalhador Doméstico – contou com o apoio dos 15 senadores presentes à reunião. O autor, César Borges (PR-BA), afirmou que a medida, além de aliviar a sobrecarga sobre o sistema público de saúde, proporciona à categoria compensação pela discriminação que sofre na legislação trabalhista.

O senador lembrou que os empregados domésticos não têm direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

e ao seguro-desemprego, como os demais trabalhadores.

A dedução, limitada a um empregado doméstico por declaração de Imposto de Renda, é condicionada à comprovação da regularidade das anotações na carteira de trabalho do empregado doméstico e de sua inscrição na Previdência Social.

A relatora, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), observou que um dos efeitos da proposta será o incentivo à formalização de massa significativa de trabalhadores, com repercussão direta nas finanças da Previdência Social. Rosalba prestou uma homenagem aos empregados domésticos em Plenário.

– Com carteira assinada e com direito a um plano de saúde, haverá um ambiente de trabalho muito mais produtivo, agradável, e isso será positivo para os trabalhadores e para os

seus empregadores.

O universo dos beneficiários potenciais, conforme César Borges, é em torno de 6 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais apenas um quarto tem sua relação de emprego formalizada.

Empresas

Ainda de acordo com o senador, o pagamento de planos de saúde dos empregados é prática comum nas empresas, residindo aí, portanto, mais uma discriminação contra os domésticos.

Hoje, aponta o senador, mais de 30 milhões de pessoas são atendidas pelos planos de saúde vinculados a empresas, havendo casos de auxílio-saúde para pagamento de plano individual. Esse desembolso é contabilizado como despesa operacional, o que reduz a base de cálculo do Imposto de Renda.

Ampliada concessão do benefício de prestação continuada

Pessoa com deficiência ou idosa que integre família com renda *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo poderá receber o benefício previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). Hoje, o limite máximo da renda familiar *per capita* é de um quarto do mínimo.

A ampliação do universo dos habilitados ao chamado benefício de prestação continuada, com valor de um salário mínimo, pago a quem não tem direito a aposentadoria ou pensão, é prevista em projeto (PLS 489/09) aprovado ontem pela CAE.

O mesmo projeto prevê um

prazo de dez anos para que o Conselho Nacional de Assistência Social proponha ao Executivo a elevação, para o valor de um salário mínimo, do limite *per capita* da renda familiar das pessoas que possam receber o benefício.

As despesas, hoje cobertas integralmente pelo Fundo Nacional de Assistência Social, poderão ser custeadas também pelo Fundo Nacional do Idoso, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2011.

Apresentada por Raimundo Colombo (DEM-SC), a proposta visa também eliminar entraves

burocráticos para a obtenção do benefício. Além de eliminar a exigência de perícia para constatação de incapacidade no trabalho, o projeto acaba com a necessidade de comprovação de insuficiência de recursos para recebimento do benefício. Também dispensa o comparecimento a órgãos públicos de pessoas com mais de 80 anos ou com dificuldade de locomoção. O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), apresentou texto alternativo que será agora examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Vítimas de deslizamentos poderão sacar FGTS

Vítimas de desastres naturais como deslizamentos de encostas ou quedas de barreiras poderão sacar dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) até o limite de R\$ 4.650. A possibilidade está prevista em projeto de lei aprovado ontem pela CAE em decisão terminativa.

A permissão para movimentar conta vinculada do FGTS em caso de necessidade pessoal, decorrente de desastre natural,

já era prevista na Lei 8.036/90, que trata do fundo. Entretanto, a regulamentação da matéria, feita pelo Decreto 5.113/04, não incluiu entre os desastres naturais que justificam o saque do FGTS o deslizamento de encostas e queda de barreiras, considerados muito comuns no país pelo autor da proposta, Marcelo Crivella (PRB-RJ).

O projeto (PLS 158/07), segundo ele, corrige a lacuna, inserindo na lei uma lista mais

completa e realista dos eventos naturais desastrosos que podem acometer a população.

Em relatório sobre a matéria, lido por César Borges (PR-BA), a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) assinalou que a proposição atende ao objetivo maior das liberações para movimentar as contas vinculadas do Fundo de Garantia, que é justamente amenizar as situações de fragilidade social e econômica dos trabalhadores.

Senador afirma que ex-detentos teriam muitas dificuldades para conseguir emprego e ajudar no sustento de suas famílias usando as pulseiras de controle eletrônico

Tuma acha inviável ideia de soltar 80 mil presos

O SENADOR ROMEU Tuma (PTB-SP) questionou ontem a possibilidade de serem soltos cerca de 80 mil presos condenados por crimes menos graves, os quais passariam a portar pulseiras de vigilância. Tuma disse que o Ministério da Justiça negou a notícia publicada no final de semana, mas o senador observou que “um repórter fez uma pergunta simples e que pode mostrar como a ideia é inviável: Como é que esse condenado vai sustentar sua família?”

– Como é que ele vai conseguir emprego e trabalho portando essa pulseira? Acho difícil que ele consiga sustentar sua família. Não é soltando presos que vamos resolver o problema da criminalidade no país – opinou.

Tuma registrou, no discurso, que o presidente do Líbano, Michel Sleiman, participou no domingo, em São Paulo, de uma missa na Igreja Maronita, com a presença do cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Odilo Scherer.

O senador disse ter ouvido do



Tuma também falou, no discurso, da presença do presidente do Líbano no país

cardeal que tal união religiosa infelizmente não é possível no Oriente Médio, tamanho é o ódio enraizado nas pessoas. A Igreja Maronita, de rito oriental, mantém vínculos históricos com a Igreja Católica e é majoritária entre os descendentes de libaneses que vivem no Brasil.

O parlamentar também comentou a realização, no domingo, ainda em São Paulo, da Cor-

rida da Paz, com a participação de 3 mil atletas de vários clubes, representando as comunidades de imigração árabe. Os atletas mostraram a capital paulista como uma cidade que respeita a diversidade cultural e religiosa, disse Tuma, acrescentando que o objetivo da corrida é relembrar os caminhos do profeta Abraão pelo Oriente Médio há cerca de 4 mil anos.

Hélio Costa defende restrição para liberdade condicional

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu ontem a elevação do percentual de cumprimento da pena como requisito para a concessão do livramento condicional nos casos de crime hediondo.

Autor de projeto de lei (PLS 249/05) sobre o assunto, Hélio Costa sugere que, para tais crimes, o cumprimento da pena seja aumentado dos atuais dois terços para quatro quintos, como condição para que o benefício da liberdade condicional seja concedido.

– É imperioso destacar a atualidade de nossa proposição, que em tudo se coaduna às necessidades de endurecer as penas em vigor e o sistema de progressão de regime. Não basta aumentar as penas, dilatar seu período de cumprimento para progredir para regimes mais brandos, sem enfrentar a questão inadiável do livramento condicional –



Para Hélio Costa, devem ser cumpridos quatro quintos da pena

disse o senador.

Hélio Costa pediu ainda que os senadores que integram a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em especial o relator da matéria e presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), deem prioridade à discussão e votação de sua proposta.

César Borges considera caótica segurança pública na Bahia

O aumento da violência na Bahia é inaceitável, afirmou o senador César Borges (PR-BA), apontando o que ele considera deficiências da segurança pública no estado.

– Os nossos filhos têm que ir para a escola, frequentar um baile, ver um jogo entre Bahia e Vitória, e lamentavelmente são assassinados.

O parlamentar disse que sempre se pode, na Bahia, apelar para o Senhor do Bonfim. Mas que “os baianos também têm o direito de apelar para o poder público, uma vez que a Consti-

tuição reza que a segurança é um dever do estado e um direito do cidadão”.

César Borges leu várias notícias de jornais mostrando a “situação caótica” em seu estado. Entre elas, a da “tomada de assalto” da caminhonete blindada que serve ao governador da Bahia.

O senador afirmou ainda que centenas de municípios do interior não têm delegados nem viaturas para servir à segurança pública.

– A sociedade civil precisa reagir – protestou.

Jefferson Praia protesta contra falta de energia

Jefferson Praia (PDT-AM) cobrou ontem providências para sanar o problema da falta de energia elétrica em Benjamin Constant, no Amazonas. Segundo ele, o racionamento já provocou prejuízos materiais e humanos – duas crianças teriam morrido em um incêndio causado por velas acesas.

O senador disse que tem buscado informações junto à Eletrobras/Amazonas Energia sobre as medidas que têm sido tomadas para garantir o abastecimento e a manutenção dos geradores da região.

Neuto de Conto destaca sucesso da Festa da Maçã

Neuto de Conto (PMDB-SC) destacou a Festa Nacional da Maçã, ocorrida na semana passada em São Joaquim (SC). Ele afirmou que o sucesso do evento é resultado do clima propício, do trabalho, da tecnologia e de vários outros fatores que fizeram do estado o maior produtor de maçã no Brasil e ainda exportador da fruta para mais de 30 países.

O senador mencionou também a produção de vinho, que começa a tomar corpo na região, e disse ainda que o turismo deve se firmar no Planalto Serrano, principalmente depois da construção da Rodovia da Neve, ligando a região à cidade de Gramado (RS).

Anteprojeto do CPC será entregue até o final de maio

A COMISSÃO DE Juristas que elabora o anteprojeto de lei do novo Código de Processo Civil (CPC) prorrogou para o fim de maio a apresentação do relatório final de seus trabalhos. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da comissão, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, após mais uma reunião de seus integrantes.

O relatório seria entregue no final deste mês, mas, como a pauta dos trabalhos legislativos dos próximos dias estará concentrada na discussão do pré-sal, a comissão pretende aperfeiçoar o texto jurídico em elaboração, como forma de incorporar ao máximo as sugestões encaminhadas pela sociedade e pela comunidade jurídica. Luiz Fux informou que 80% das sugestões já foram acolhidas pela comissão e incorporadas ao anteprojeto de lei do novo CPC, que deverá “desestimular aventuras judiciais e aumentar as punições aos litigantes de má-fé”.

De acordo com a assessoria da comissão, já foram acolhidas 600 sugestões encaminhadas por e-mail por entidades da comunidade jurídica – entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público e Associação dos Magistrados – e outras 240 apresentadas du-

rante audiências públicas realizadas nos estados pela comissão.

Após o recebimento de sugestões, o texto do anteprojeto será submetido à leitura da comissão, durante dez dias, para checar se há dispositivos contraditórios com a legislação em vigor e ainda para observar se a redação da matéria estará acessível à população. Em seguida, será debatida uma proposta de redação final pela comissão, que posteriormente votará o relatório final para poder encaminhá-lo ao presidente do Senado, José Sarney. Antes, informou Luiz Fux, a comissão também pretende confrontar o anteprojeto com projetos de lei em tramitação sobre o assunto.

Atualmente, a comissão ainda trabalha na finalização de questões relativas à pluralidade de autores nas ações judiciais, na resolução de demandas repetitivas e na intervenção de terceiros em causas existentes na Justiça.



Luiz Fux detalhou plano de trabalho da comissão para entregar anteprojeto do CPC até o final de maio

Mudança na Lei Pelé volta a ser tema de debate na CCJ

O debate sobre o projeto que modifica a Lei Pelé (Lei 9.615/98) prossegue hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLC 9/10), relatada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), define novas regras de relacionamento entre os clubes e os atletas e aumenta o repasse de recursos aos clubes formadores de esportistas para as modalidades olímpicas e para o futebol.

Na segunda-feira, a CCJ promoveu audiência pública sobre o projeto em Curitiba. No

debate, representantes dos clubes defenderam a aprovação rápida e sem modificações do texto produzido pela Câmara dos Deputados, enquanto representantes dos atletas e do Ministério Público do Trabalho reivindicaram modificações no projeto.

São esperados para o debate de hoje o ministro dos Esportes, Orlando Silva; o presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD), Luiz Felipe Santoro; e o presidente do Clube dos 13, Fábio Koff.

Comissão analisa três indicações de diplomatas para embaixadas

Três indicações de diplomatas para embaixadas brasileiras estão na pauta de amanhã da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Fernando Simas Magalhães é indicado como embaixador do Brasil no Equador; Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos, como embaixador junto à Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; e Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, para a embaixada do Brasil em Angola.

A mensagem indicando Ana Lucy Petersen como embaixadora do Brasil em Angola recebeu voto favorável do relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), e constou da pauta da reunião da CRE de 15

de março. No entanto, a votação do nome da diplomata foi adiada devido a um pedido de vista apresentado pelo senador Fernando Collor (PTB-AL).

A indicação de Fernando Simas Magalhães é relatada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e a de Roberto Jaguaribe Mattos tem como relator o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A comissão analisa ainda seis projetos de decreto legislativo relativos a tratados e convenções internacionais assinados pelo governo brasileiro. Também delibera sobre o PLC 21/10, que autoriza o Poder Executivo a doar três aeronaves T-27 Tucano ao Paraguai.



Deoclécio Souza, José Carlos Vaz, senador Valter Pereira e Gerardo Fontelles: debate aponta juros altos como entrave

Senadores cobram refinanciamento da dívida rural

As taxas de juros cobradas pelos bancos oficiais estão inviabilizando o pagamento de dívidas agrárias pelos produtores rurais, concluiu ontem o senador Valter Pereira (PMDB-MS) em debate promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O objetivo da reunião foi discutir o refinanciamento dos débitos agrícolas e a prorrogação dos créditos do financiamento de máquinas e equipamentos (Finame) com recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para o senador, que preside a CRA, é necessário "repactuar as dívidas agrárias com taxas de juros civilizadas", além de garantir aos agricultores melhores condições na aquisição de máquinas e equipamentos. Somente assim, acredita Valter Pereira, o agronegócio e a agricultura familiar serão fortalecidos.

Em concordância, o senador Jayme Campos (DEM-MT) disse que os juros cobrados no país "estão fora do mercado, prejudicando toda a produção".

Representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, o secretário-executivo da pasta, Gerardo Fontelles classificou como "uma decisão de governo" a eventual abertura de processo de refinanciamento de dívidas agrícolas. Ele admitiu, no entanto, que é necessário repensar todo o processo de refinanciamento, que poderia ser feito através de medida legislativa.

Fontelles exortou senadores e deputados a "forçarem" o Executivo a regulamentar o chamado Fundo Garantidor Agrícola, criado no ano passado por medida provisória aprovada pelo Congresso. Idealizado para ajudar na repactuação de dívidas agrárias, o fundo ainda não foi regulamentado devido à ausência

de fonte de recursos, os quais poderiam ser alocados por meio de emissão de títulos do Tesouro Nacional, observou.

Também tomou parte dos debates o gerente-executivo de Regulação e Controle das Operações Rurais e do Proagro do Banco Central, Deoclécio Pereira de Souza. Ele informou que um grupo de trabalho interministerial está reestruturando o banco de dados que contém detalhadas informações sobre contratação de crédito e um histórico de todas as operações. A meta é fazer com que o Banco Central tenha em mãos a real dimensão do saldo devedor de todas as dívidas.

O diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, José Carlos Vaz, garantiu que a instituição não causará qualquer tipo de restrição ao refinanciamento, desde que o agricultor comprove, de forma técnica e cabal, as dificuldades para pagamento dos débitos.



Sarney (C) lembrou episódios de sua infância e disse que, na vida política, sempre recebeu o apoio da categoria

Sarney abre encontro nacional de caminhoneiros

O presidente do Senado, José Sarney, abriu ontem, no Auditório Petrônio Portela, o Congresso Nacional dos Sindicatos de Transportadores Autônomos de Carga e das outras entidades ligadas ao Movimento União Brasil Caminhoneiro.

Sarney brincou com a forma com que iniciava seus discursos como presidente da República (entre 1985 e 1990), ao se dirigir à audiência com a expressão "caminhoneiras e caminhoneiros".

O senador lembrou que passou parte da infância na boia do primeiro caminhão a

chegar a sua cidade, Pinheiro (MA), quando tinha apenas sete anos.

Sarney contou que viajou com a família num caminhão dirigido por Caetano Costa, e que seu pai, Ribamar, por superstição, exigiu que chegassem todos ainda em julho, para evitar agosto. Por isso, o velho Caetano teve que dirigir inclusive à noite. "Em estradas de boi, de terra, porque não havia asfalto", lembrou.

Ele garantiu ainda que, em sua longa vida política, sempre teve o apoio eleitoral dos caminhoneiros.

O senador Paulo Paim (PT-RS) prometeu aprovar no Congresso seu projeto que cria o Estatuto do Motorista Profissional (PLS 271/2008). A proposta será debatida hoje na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Também participaram da solenidade a pré-candidata à Presidência pelo PT, Dilma Rousseff, e os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Ideli Salvatti (PT-SP) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Projeto que estende benefício já concedido a portadores de deficiência foi aprovado terminativamente pela CAE

Deficientes auditivos podem ter isenção de IPI para carros

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que estende aos deficientes auditivos a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis de passageiros de fabricação nacional. A proposta pode ser encaminhada à Câmara dos Deputados caso não haja recurso para apreciação no Plenário do Senado.

O autor, Marcelo Crivella (PRB-RJ), informou que desde 1995 as pessoas portadoras de deficiências têm direito a isenção de IPI na compra de carros, mas esse benefício exclui os deficientes auditivos, cuja integração à sociedade o senador

considerou penosa e notória.

Em relatório sobre a proposta (PLS 646/07), João Vicente Claudino (PTB-PI) disse que a exclusão dos deficientes auditivos do benefício previsto na Lei 8.989/95 é incoerente e os equipara aos indivíduos sem deficiência física, não atentando para as limitações e dificuldades desses cidadãos.

Segundo Claudino, o mérito do projeto é indiscutível, pois a medida proposta corrige distorção inexplicável da legislação tributária, materializada na exclusão injusta dos deficientes auditivos dos benefícios já aplicáveis aos autistas e aos deficientes mentais e visuais.



Marcelo Crivella (D), com Garibaldi: iniciativa expande direito já existente

Novas regras para operações de fomento mercantil

Atividade muitas vezes usada como fachada para a prática de crimes como agiotagem e lavagem de dinheiro, o *factoring* pode ganhar regras claras, a partir da aprovação na CAE, ontem, do PLC 13/07. O texto votado é o substitutivo do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e trata das operações de fomento mercantil, como o *factoring* é tecnicamente conceituado.

A falta de regras, explicou Antonio Carlos Júnior, facilita os crimes e prejudica a reputação de empresas honestas ligadas ao setor. Antes de fazer sua proposta, o senador ouviu os interessados e técnicos do Ministério da Fazenda.

Um dos cuidados foi definir claramente no texto o que é *factoring*: "atividade como a transferência de crédito de uma empresa para outra, com o objetivo de antecipar recebimentos e aumentar disponibilidade de capital".

A proposta, que ainda será examinada pelo Plenário, define novos tipos de crimes, como simulação de operação de fomento empresarial, captação irregular de depósitos e prática de operação privativa de instituição financeira.

Minas busca US\$ 137 mi para recuperar estradas

O Plenário deverá decidir, em regime de urgência, se autoriza o contrato de empréstimo de US\$ 137 milhões entre Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aprovado ontem pela CAE com parecer do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Segundo Flexa Ribeiro, o dinheiro vai ajudar Minas a melhorar sua infraestrutura e logística de transporte, para estimular a competitividade e acelerar o desenvolvimento em regiões menos favorecidas.

O programa financiará atividades como recuperação e modernização de estradas, pavimentação de vias de acesso a pequenos municípios e medidas de segurança viária.

No projeto, o governo do estado alega que, apesar de investimentos significativos para melhorar a infraestrutura de transporte, mais de 24% das estradas de Minas ainda são consideradas em más condições, segundo dados do BID.

O empréstimo do banco tem prazo de 25 anos, com período de carência de um ano e juros baseados na Libor (taxa interbancária de Londres que regula grande parte das transações financeiras internacionais).

A recuperação da economia nacional justifica, segundo Suplicy, parabenizar a equipe econômica do governo Lula. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, por sua vez, lembra que indicadores atuais resultam de um processo de maturidade

Suplicy: mais empregos e desigualdade menor mostram evolução da economia

A "EVOLUÇÃO POSITIVA da economia brasileira" captada em diversos indicadores foi registrada ontem por Eduardo Suplicy (PT-SP), que parabenizou a equipe econômica do presidente Lula. Estes sinais, disse, mostram que a economia passa por uma evolução tão significativa que caminha em direção a uma rápida recuperação, apesar da crise financeira internacional de 2008 e 2009.

Suplicy ressaltou que a taxa de variação do produto interno bruto (PIB) indica para este ano um crescimento de pelo menos 5,8% – "e muitos acreditam na possibilidade de se chegar a 6% ou 7%". Os investimentos

diretos externos, que em 2002 diminuíram 10,1%, devem ter um crescimento acentuado em 2010, na previsão do senador.

Um dos indicadores mais importantes do bom desempenho da economia, segundo Suplicy, está no mercado de trabalho. A taxa de desemprego, que em 2002 foi de 11,66% da população economicamente ativa, caiu para 5,4% em 2009. Comparando-se com igual período de 2002, as taxas de desemprego de janeiro e fevereiro de 2010 – na faixa de 7,2% – mostram "resultado muito positivo".

Suplicy também considerou importante a redução do coeficiente Gini de desigualdade,

de 0,589 em 2003 para 0,548 em 2008. Mesmo com a redução, como assinalou Suplicy, o Brasil ainda é um dos países com maior desigualdade de renda do mundo.

Processo

Já para Arthur Virgílio (PSDB-AM), a estabilidade da economia é um processo que começou com o Plano Real, no governo Itamar Franco, e que prosseguiu nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, "que fez reformas estruturais". O fato de o Brasil ter tido apenas três ministros da Fazenda em mais de 15 anos dos governos FHC e Lula é um "sinal de maturidade", avaliou.



Para senador, mercado de trabalho é um dos indicadores mais importantes

Ideli comemora avanço do Minha Casa, Minha Vida em SC

Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou ontem a "forma muito especial" com que o programa Minha Casa, Minha Vida está se desenvolvendo em Santa Catarina. Segundo ela, 65,2% dos imóveis (cerca de 16 mil de um total de 24 mil) já foram contratados e o estado ocupa a vice-liderança no país, perdendo apenas para Goiás, que já tem 74% dos imóveis contratados para o programa.

– Para nós, o programa é



Ideli Salvatti

importante porque atende um nicho (renda familiar de zero a três salários mínimos) que antes era ignorado pelo setor imobiliário e onde está o maior déficit habitacional – informou.

A senadora também comemorou o saldo de 42.400 carteiras de trabalho assinadas no primeiro semestre no seu estado. Ela disse que foi o setor da indústria que puxou os empregos, seguido pela construção civil.

Gilvam Borges quer evitar atraso em obras de eletrificação rural

Para aproveitar o período de estiagem na Amazônia, Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu ao presidente Lula que autorize um terceiro turno de trabalho nas obras de eletrificação rural no Amapá integrantes do programa Luz para Todos.

O senador considera essa uma forma de evitar atrasos na implantação das redes de eletrificação, "pois o período de chuvas na região é longo e intenso".



Gilvam Borges

Gilvam informou que a segunda etapa do Luz para Todos beneficiará mais de 19 mil propriedades rurais do estado. Dessas, cerca de 1.600 estão localizadas no Arquipélago de Bailique, "área historicamente desassistida".

O senador ainda informou que o governo federal liberou mais R\$ 36 milhões para o Amapá, a quase totalidade para obras de asfaltamento de trecho da BR-156.

PSB abre mão de sua candidatura à Presidência, diz Valadares

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) comunicou ontem ao Plenário a decisão do seu partido de desistir de apresentar candidatura própria a presidente da República nas eleições de outubro, dando fim às pretensões do deputado Ciro Gomes (CE) de disputar o cargo.

Segundo o senador, o enfrentamento entre a pré-candidata



Antônio Carlos Valadares

do PT, ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, e o pré-candidato do PSDB, José Serra, teria tornado "praticamente impossível o desejo do PSB de manter candidatura própria".

– Não podemos deixar de reconhecer o esforço do deputado Ciro Gomes para fortalecer o partido e tornar o processo mais democrático – disse.

Virgílio relata apoio de Serra ao Polo Industrial de Manaus

Arthur Virgílio (PSDB-AM) informou ao Plenário que o pré-candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, disse em entrevista à Rede Amazônica de Televisão que, se eleito, vai ampliar o Polo Industrial de Manaus e reestruturar a agência que substituiu a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Na entrevista, Serra afirmou que sua ideia de desenvolvimento para a Amazônia prevê "uma profunda interação entre meio ambiente e ciência e tecnologia".

– Contrapondo-se aos boatos

espalhados por alguns agentes partidários, segundo os quais ele acabaria com a Zona Franca, José Serra deu total apoio ao Polo Industrial de Manaus, sem meias palavras. Serra conhece a fundo os grandes gargalos da economia brasileira e até antecipou que será criado um novo distrito industrial, do outro lado do rio Negro – registrou o senador.

Virgílio disse que, na entrevista, o pré-candidato do PSDB admitiu que foi um erro a extinção da Sudam, recriada pelo atual governo na forma de agência.

Colombo acusa governo de prejudicar SC

Raimundo Colombo (DEM-SC) criticou fortemente o Ministério da Integração Nacional por ter destinado, este ano, 90% dos recursos de defesa civil para a Bahia. Em 2009, dos R\$ 59 milhões liberados pelo ministério, R\$ 53 milhões foram para a Bahia, informou o senador.

– O dinheiro público não pode ser utilizado desse jeito. O ministro é da Bahia, destina todos os recursos para seu estado – afirmou o parlamentar, para quem "parece que o governo federal não gosta de Santa Catarina". Ele se referiu ao ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB).

Raimundo Colombo afirmou que as últimas chuvas castigaram 50 municípios catarinenses, dos quais 14 já decretaram estado de emergência.



Raimundo Colombo critica direcionamento de verbas à Bahia

Renan lamenta a morte de Albérico Cordeiro

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) lamentou a morte do ex-deputado federal Albérico Cordeiro, na sexta-feira, em acidente de carro. Para ele, Cordeiro "foi um homem público da maior grandeza, um jornalista e escritor de aguda inteligência, finíssimo humor, excelente amigo e profundo conhecedor da alma de seus conterrâneos".

Renan lembrou que Albérico Cordeiro, natural de Pilar (AL), foi prefeito de Palmeira dos Índios. Depois de trabalhar na imprensa de Alagoas nos anos 1950, mudou-se para Brasília em 1960, onde trabalhou nos principais jornais. Mais tarde, elegeu-se deputado por várias vezes, defendendo "ardorosamente os interesses alagoanos".



Renan elogiou o colega alagoano, "homem público de maior grandeza"

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Serys Silhessarenko • César Borges • José Nery • Romeu Tuma • Gilvam Borges • Jefferson Praia • Paulo Duque • Acyr Gurgacz • João Vicente Claudino

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Mário Couto critica contratações de Ana Júlia

O senador Mário Couto (PSDB-PA) voltou a criticar a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, por haver contratado em sua gestão 2.100 assessores, a um custo anual de R\$ 48 milhões.

O mais grave, segundo o senador, é que muitas dessas contratações são feitas para beneficiar conhecidos ou então para adquirir serviços desnecessários para a administração do estado. Mário Couto se mostrou especialmente indignado com o fato de Ana Júlia Carepa haver contratado os serviços de esteticista, cabeleireira e mesmo de uma profissional em *strip tease* com cobras.



Mário Couto

Nery relata dificuldades da região do Xingu

O péssimo estado de conservação das estradas na região do Xingu foi relatado por José Nery (PSOL-PA). O senador descreveu os problemas por ele observados em viagem pelos municípios paraenses que ficam às margens da BR-230, a Rodovia Transamazônica. José Nery criticou "a ânsia do governo de garantir 16 bilhões [de reais], podendo chegar a 30 bilhões", para a construção da hidrelétrica de Belo Monte, afirmando que esses recursos deveriam ser utilizados "para diminuir o sofrimento do povo" da região.

Nery também pediu apoio aos servidores da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que estão em greve.



José Nery



Osmar: regulamentação da jornada do motorista e dados sobre tarifas

Osmar Dias lamenta veto a dois projetos de sua iniciativa

Osmar Dias (PDT-PR) lamentou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha vetado dois projetos de lei de sua autoria no período de um ano. O primeiro estabelecia o tempo máximo de direção e os intervalos na jornada diária de trabalho dos caminhoneiros. O outro obrigava as concessionárias de serviços públicos a publicar uma planilha trimestral para esclarecimento aos consumidores quanto aos fatores levados em conta na composição das tarifas.

O parlamentar explicou que o primeiro projeto iria contribuir para a segurança nas estradas, tendo em vista que atualmente muitos caminhoneiros são obrigados a dirigir por mais de 10 horas ininterruptas, o que favorece a ocorrência de acidentes fatais. Osmar rechaçou o argumento do Executivo de que a medida iria encarecer o preço das mercadorias e o gasto das transportadoras, que seriam obrigadas a contratar mais motoristas.

– Conversa fiada. Não é custo Brasil coisa nenhuma, mas a ganância das transportadoras que não concordaram com a minha lei. Não podemos aumentar o custo Brasil, mas podemos aumentar o número de mortos nas estradas – afirmou.

Em relação ao outro projeto, Osmar explicou que a iniciativa tornava mais transparente os critérios de cobrança de serviços ao público consumidor.

Virgílio cobra debate sério sobre os projetos do pré-sal

O LÍDER DO PSDB, Arthur Virgílio (AM), acusou o governo de ter inviabilizado o debate sobre os quatro projetos de lei que tratam da exploração do petróleo da camada pré-sal.

O parlamentar lembrou que os projetos chegaram à Câmara dos Deputados com urgência constitucional, mas esta foi retirada, permitindo que as comissões daquela Casa efetuassem um "amplo debate".

No Senado, porém, "mais uma vez o governo voltou a insistir com a urgência constitucional, impedindo, entre outras coisas, que se produzisse um debate por meio de audiências públicas em que a sociedade organizada seria convocada para a discussão".

– A urgência constitucional inviabilizou o debate, como também inviabiliza acordos, além de



Para Virgílio, governo adota tática de regimes autoritários

descartar por completo o aperfeiçoamento dos textos – afirmou Arthur Virgílio, para quem hoje há apenas "quatro projetos pendentes na ordem do dia, pendentes de pareceres de todas as comissões pelas quais passaram". O senador lembrou que até os relatores que

integram a base governista não apresentaram seus votos.

Para ele, a tática utilizada pelo governo "é típica dos regimes autoritários e ditatoriais". Virgílio pediu que os senadores do Rio de Janeiro e Espírito Santo, considerados os mais prejudicados pela redivisão do pagamento de *royalties* do petróleo feita na Câmara, se juntem aos da oposição "para impedirmos a votação desses temas antes da realização do debate necessário".

Em aparte, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) informou ser relator de dois dos projetos e disse que a sociedade não aceita votar as matérias sem a devida discussão.

Cícero condena desperdício de R\$ 1 bi com remédios



Cícero Lucena

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) condenou ontem o desperdício anual de R\$ 1 bilhão dos governos federal, estaduais e municipais com medicamentos, conforme reportagem do jornal *O Globo* publicada na segunda-feira. Ele disse que os dados são do Conselho Federal de Farmácia e representam 20% dos remédios

comprados no varejo pelo poder público e pelos hospitais privados.

– Dinheiro público desperdiçado, na lata do lixo, por má gestão, falhas no armazenamento e na aquisição desses produtos. Um país que enfrenta uma grave crise na saúde pública, não pode se dar ao luxo de jogar medicamentos no lixo – protestou.

Cícero Lucena disse que os consumidores desperdiçam dinheiro com medicamentos. Segundo o Conselho Federal de Farmácia, uma família de classe média com quatro pessoas joga fora em torno de R\$ 60 por ano em remédios vencidos.

Papaléo vê baixo nível de execução de obras do PAC



Papaléo Paes

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou ontem o baixo nível de execução pelo governo federal das obras previstas no Programa de Crescimento Econômico (PAC). Baseando-se em nota informativa elaborada pela Consultoria Legislativa do Senado, Papaléo chamou a atenção para o fato de a maior parte

das obras planejadas no Amapá, por exemplo, já constarem do Orçamento Geral da União de 2006, antes mesmo de o PAC ser lançado.

Com relação à execução do programa em todo o país, Papaléo observou que, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira, o Siafi, o governo federal teria concentrado grande volume de despesas no presente exercício, em comparação aos anos anteriores, desde o lançamento do PAC, em 2007. O motivo seria a intenção do governo de passar a ideia de grandes realizações em ano eleitoral.

Paulo Duque lembra 119 anos do *Jornal do Brasil*

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) parabenizou ontem, em discurso, o *Jornal do Brasil* pelo 119º aniversário de sua fundação. Ele informou que uma missa na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, na segunda-feira, ao meio-dia, marcou a data, que ele considerou "da maior importância" para a imprensa brasileira.

Paulo Duque disse que o vice-presidente da República, José Alencar, participou do evento, representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senador cumprimentou o novo dirigente do jornal, Pedro Grossi, desejando-lhe que o *Jornal do Brasil*, em sua gestão, volte a ser "aquele jornal admirável que marcou presença muito forte na história política do Brasil".



Paulo Duque desejou que o JB volte a ser "aquele jornal admirável"

Mozarildo presta homenagem à LBV



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou a Legião da Boa Vontade (LBV), entidade fundada por Alziro Zarur há 60 anos para prestar serviços e benefícios às populações carentes, fornecendo-lhes educação, cultura, alimentação e apoio em saúde, segurança e trabalho. No ano passado, informou, a entidade fez 8 milhões de atendimentos.

Ex-presidente da primeira CPI do Senado que investigou denúncias contra organizações não governamentais (ONGs), em 2001 e 2002, Mozarildo disse que a LBV "é uma ONG de verdade", ao contrário das organizações criadas nos últimos anos "apenas para receber dinheiro do governo".

Flexa Ribeiro pede combate à malária no Pará



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que no município de Anajás, no nordeste do seu estado, estão ocorrendo casos de malária sem que haja ações de combate à doença por parte do governo do Pará. O senador relatou que viajou a Anajás e ouviu do prefeito Edson Barros que os programas e projetos que estavam contribuindo para o controle da doença "foram abandonados ou cortados".

Flexa Ribeiro comunicou ainda sua visita à comunidade de Vila Luciana, onde, segundo ele, a população local, de aproximadamente 1.500 pessoas, também reclamou da falta de ações de combate à malária.

Representantes de entidades femininas defendem seguridade social “universal, pública, solidária e redistributiva”, além da ampliação de direitos das trabalhadoras domésticas



Na audiência, Regina Maria Semião (D), Verônica Ferreira, Paulo Paim, Adriana Maria Mezadri e Cleusa Aparecida da Silva

Mulheres querem ampliar direitos previdenciários

REPRESENTANTES DE ENTIDADES que lutam pelos direitos das mulheres defenderam ontem, em audiência pública, uma seguridade social “universal, pública, solidária e redistributiva”. Elas também apoiaram a equiparação dos direitos das trabalhadoras domésticas aos das outras categorias profissionais. A reunião foi promovida pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

As convidadas registraram a comemoração, na segunda-feira passada, do Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em homenagem à histórica luta pelos direitos dessa categoria. Para celebrar a data, o presidente da CAS, senador Paulo Paim (PT-RS), convidou os presentes a cantarem os parabéns aos mais de 10 milhões de domésticas brasileiras. Mas, apesar da data, as palestrantes lembraram que

essas trabalhadoras ainda têm muitos direitos a conquistar.

– As domésticas ainda têm menos direitos trabalhistas se comparadas a outras categorias – disse a representante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Verônica Maria Ferreira.

Redução

Verônica Ferreira defendeu o fim do fator previdenciário, que, conforme afirmaram ela e Paim, reduz até a metade do valor das aposentadorias, principalmente das mulheres.

Representando a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Regina Maria Semião exigiu equiparação de direitos imediata para sua categoria e lamentou que o presidente Lula tenha cancelado audiência que concederia às trabalhadoras domésticas na segunda-feira passada.

A coordenadora de Participa-

ção e Democracia da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Cleusa Aparecida da Silva, também disse que as domésticas brasileiras têm “muito pouco a comemorar” no seu dia e defendeu políticas públicas diferenciadas regionalmente para a categoria.

Já a coordenadora do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Adriana Maria Mezadri, declarou-se contrária à possibilidade de mudança no sistema de contribuição previdenciária dos trabalhadores do campo.

Também participaram da audiência a representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Eudete Pereira de Melo, e representantes do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), da Associação de Donas de Casa de Goiás, da Marcha Mundial de Mulheres e da Associação de Donas de Casa da Bahia.

Recordação da luta de Laudelina, uma pioneira

Durante a audiência pública sobre os direitos da mulher no sistema de seguridade social brasileiro, o nome da pioneira Laudelina de Campos Mello (1904-1991) foi lembrado algumas vezes pelas palestrantes.

Nascida em Poços de Caldas (MG), Laudelina entrou para a história brasileira por dedicar grande parte de sua vida à luta pelos direitos dos negros, das mulheres e das trabalhadoras domésticas. Ela começou a trabalhar como empregada doméstica aos 7 anos e aos 16 já começava a atuar em organizações de mulheres negras.

Laudelina chegou a Santos

(SP) com 20 anos de idade, entrando para a Frente Negra Brasileira e tendo, mais tarde, criado elos com o Partido Comunista Brasileiro. Em 1936, criou a Associação das Empregadas Domésticas do Brasil, fechada pelo Estado Novo em 1942.

Em 1961, morando em Campinas (SP), fundou a Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas. Sua militância inspirou, nos anos seguintes, a criação de associações similares no Rio de Janeiro e em São Paulo – entidades que, em 1988, dão origem ao Sindicato dos Trabalhadores Domésticos. Laudelina também atuou jun-

to a universidades brasileiras durante 30 anos. Perto de sua morte, foi eleita chefe do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Laudelina faleceu em Campinas em 1991. A Casa Laudelina de Campos Mello (www.casalaudelina.org.br) é uma das herdeiras de seu legado. Desde ontem, e até hoje, o Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social (FIPSS) realiza diversas atividades em Brasília para divulgar a campanha Segure esta causa: garanta direitos integrais para as trabalhadoras domésticas!.

TV pública pode levar ao ar jogo não transmitido por emissoras

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) poderá levar ao ar, por meio de suas emissoras de televisão, eventos esportivos de “relevante interesse nacional” cujos direitos de transmissão pertençam a empresas que optem por não transmitir esses jogos.

A medida consta de projeto de lei (PLS 528/09) apresentado pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES) e aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Eventos de relevante interesse nacional são aqueles dos quais participem “equipes, times, seleções e atletas brasileiros representando oficialmente o país, realizados no Brasil ou no exterior”. O projeto ainda será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática (CCT).

Para o relator, Valter Pereira (PMDB-MS), os espetáculos esportivos – em especial o futebol – têm sido alvo de “cobiça”, tanto das emissoras

de televisão aberta como das empresas de TV por assinatura. E a crescente prática de aquisição dos direitos de exclusividade de transmissão desses eventos acaba privando a população do direito de acompanhar os jogos.

– O que condenamos é a prática, que já se mostra enraizada no contexto brasileiro, de a aquisição do direito de exclusividade de transmissão de eventos esportivos significar, também, os direitos de captar os sinais e não transmitir – afirmou.

Autorizações

A CE aprovou também, em decisão terminativa, o PLS 491/09, de Adelmir Santana (DEM-DF), que institui o Dia do Empreendedor Individual, a ser celebrado anualmente em 1º de julho. Foram ainda aprovados, em decisão terminativa, quatro projetos que autorizam o Poder Executivo a instituir novas unidades de ensino em Pinheiro (MA), Lajes (RN), Alexandria (RN) e São Miguel do Guamá (PA).

Serys pede garantia de recursos para o sistema público de TV

A criação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) foi comemorada por Serys Silhesarenko (PT-MT). A senadora afirmou que “a consolidação da televisão pública no Brasil representa uma conquista da democracia no país e equivale a modelos internacionais bem sucedidos como a PBS, nos Estados Unidos, e a RTP, em Portugal”.

– É importante que os governantes deste país garantam sempre recursos para a consolidação dessa importante conquista democrática – disse.

Ao salientar que o sistema público de televisão e rádio atua em complementaridade ao sistema privado, Serys disse que ele já estava previsto na Constituição e só foi implantado pela Lei 11.652/08. A senadora lembrou que a sociedade civil tem participação majoritária no conselho curador, que agora irá renovar um terço de seus membros mediante consulta pública.

Serys lembrou a participação, no sistema EBC, de oito emissoras de rádio, entre as quais a Rádio Nacional do Rio de Janeiro e a Rádio Nacional de Brasília, uma agência de notícias e a TV Brasil – todas compostas por ouvidorias em que ouvintes, leitores e es-



“Criação da EBC é uma conquista democrática”, afirma Serys

pectadores emitem opiniões, sugestões e reclamações sobre os programas.

– Não se trata de competir com empresas privadas ou fazer proselitismo do governo. Os adversários da comunicação democrática que procurarem outros pretextos para criticar a TV pública.

Serys disse que o Congresso deverá viabilizar a implantação do canal de TV digital da EBC para todo o país.

A senadora também destacou a mobilização ocorrida ontem defendendo a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores domésticos.

Novo marco legal para resíduos sólidos

Quatro comissões do Senado devem realizar nos próximos dias debate sobre a política nacional de resíduos sólidos para dar novas diretrizes ao tratamento de lixões. Pedido para

audiência pública, do senador César Borges (PR-BA), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O objetivo é instruir o exame do substitutivo da Câmara dos

Deputados ao PLS 354/89, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com alteração na Lei 9.605/98.

Ao pedir a aprovação do requerimento, César Borges disse

que há mais de 20 anos o país espera por um modelo legal que contribua para alterar a situação dos resíduos sólidos. Segundo ele, apenas 12% desses resíduos são reciclados.